

Conti quer que retire urgência de PL de dívida de R\$ 337 mi do Camprev

Prefeitura nega prejuízos e defende que o rito acelerado é para cumprir prazo federal

Por **Moara Semeghini**

A vereadora Mariana Conti (PSOL) solicitou formalmente nesta quarta-feira (19) a retirada do regime de urgência do Projeto de Lei Complementar (PLC nº 65/2026), proposta que autoriza a Prefeitura de Campinas a parcelar débitos previdenciários com o Camprev em até 300 meses (25 anos). Enquanto a parlamentar aponta falta de transparência e riscos à aposentadoria dos servidores, a Administração Municipal argumenta que o montante atualizado da dívida é de R\$ 337,8 milhões e defende que o rito acelerado é necessário para cumprir prazos federais.

No requerimento apresentado à Câmara, Conti alega que a matéria tramita sem a disponibilização prévia de dados essenciais, como a composição detalhada dos débitos, projeções de fluxo de caixa e pareceres atuariais. A parlamentar criticou a celeridade da votação, afirmando que “esse projeto que está tramitando em regime de urgência na Câmara de Campinas é a antessala do aumento da idade de aposentadoria, a preparação de mais um golpe do governo Dário contra os servidores.”

Em contrapartida, o Executivo sustenta que os estudos técnicos e atuariais



Conti solicitou retirada da urgência do Projeto que autoriza parcelamento de débitos em até 300 meses (25 anos)

foram devidamente elaborados pela equipe da própria autarquia previdenciária. A gestão municipal explica que a operação projeta um ganho de IPCA + 0,48% ao mês para o fundo, rendimento que considera superior às opções disponíveis hoje no mercado financeiro.

A Administração Municipal acrescentou ainda que a ampliação do prazo de quitação trará alívio financeiro direto para os cofres públicos. Segundo a Prefeitura, a diluição da dívida reduzirá o valor das prestações mensais, gerando um potencial de economia estimado em

R\$ 45 milhões por ano, o equivalente a cerca de R\$ 3,7 milhões a menos por mês no orçamento da cidade.

Outro ponto questionado pela oposição é o uso de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como garantia e a dúvida sobre a inclusão de contribuições já descontadas dos servidores. A Prefeitura esclarece que a medida trata-se de um parcelamento que tem origem no superávit do Camprev e afirma que a vinculação do FPM é uma exigência legal estabelecida pela Emenda Constitucional nº 136/2025.

Para a vereadora, a discussão deve ser pausada até que todos os documentos solicitados ao Executivo sejam entregues: “Um projeto tão importante não pode ser votado de forma atropelada e sem a documentação necessária. Por isso, peço a retirada imediata da urgência, permitindo que a Câmara, os servidores e a sociedade analisem seus impactos antes da votação.”

A Prefeitura, por sua vez, reitera que a urgência na tramitação se justifica pelo prazo regulamentar imposto pela legislação federal para a adesão dos municípios.

Viracopos reduz tempo de controle migratório em 66,6%

Da **Redação**

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, reduziu de 30 para 10 minutos o tempo necessário para um grupo de 200 passageiros passar pelo controle migratório no embarque e desembarque internacional. A redução de 66,6% foi possível após a instalação de nove novos equipamentos automatizados de controle de fronteira, que utilizam tecnologia de biometria.

Com a mudança, o terminal internacional passou a contar com três equipamentos no embarque e seis no desembarque. Antes, eram apenas três equipamentos, sendo um no embarque e dois no desembarque. Os antigos foram retirados de operação.

Cada novo equipamento, chamado de ABC Gate (portão eletrônico), tem capacidade para processar até seis passageiros por minuto. O sistema permite a conferência automatizada da identidade por meio de biometria, agilizando a passagem pelo controle migratório.

Os equipamentos podem ser utilizados exclusivamente por brasileiros natos ou naturalizados. Passageiros estrangeiros continuam passando pelo procedimento convencional, nas cabines da Polícia Federal, para a conferência dos documentos.

A nova estrutura foi instalada pela concessionária Aeroportos Brasil Viracopos em parceria com a SITA, a brasileira Digicon, a Polícia Federal e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Viracopos reduz tempo de controle migratório em 66,6%

Haddad: Trem Intercidades e túnel Santos-Guarujá só avançaram pelo apoio federal

Por **Moara Semeghini**

Em sabatina concedida à rádio Jovem Pan, o candidato ao governo de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) voltou a declarar que importantes projetos de infraestrutura do estado só avançaram devido ao apoio do governo federal. Segundo ele, empreendimentos como o Trem Intercidades, que liga Campinas a São Paulo, cujas obras começaram em março deste ano, e o túnel submerso entre Santos e Guarujá contam com o apoio do governo Lula (PT) e respaldo financeiro da gestão federal por meio do BNDES e do Programa de Ace-



Haddad: projetos de infraestrutura só avançaram graças ao apoio federal

leração do Crescimento (PAC). “São Paulo recebeu R\$ 3 bilhões de financiamento no governo Bolsonaro, porque o Bolsonaro não gostava do ex-governador,

João, Dória. O presidente Lula botou já R\$ 13,7 bilhões, quatro vezes mais, e eu não estou falando nem da renegociação da dívida”, disse.

Haddad criticou a demora de Tarcísio aderir ao programa federal para a renegociação do débito paulista com a União. Segundo ele, os oito meses de atraso no processo custaram R\$ 8 bilhões aos cofres do Estado. O candidato ressaltou que a medida alivia o pagamento de juros em R\$ 1 bilhão por mês (R\$ 12 bilhões anuais) e garantiu que irá reequilibrar as finanças paulistas.

Haddad reiterou críticas à liberação das bets e jogos eletrônicos no País e disse que Jair Bolsonaro não fez nada para resolver o problema, e que somente com sua chegada ao Ministério da Fazenda as bets foram regulamentadas e taxadas.

DIOGO ZACARIAS/HADDAD

AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS/DIVULGAÇÃO